★Especial Sergipe★

Página PT 13

Nº 173 NOV/2017

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

OS CÃES LADRAM, A CARAVANA PASSA

As caravanas de Lula são parte importante do movimento para derrotar o golpe. Já supostas alianças com golpistas seriam um tiro no pé!

Páginas 2 a 4

Caravana Lula, Belo Horizonte, MG. Foto Ricardo Stuckert

Caravana Lula, Lula encontra vaqueiro mais velho do estado em Nossa Senhora da Glória SE. Foto Ricardo Stuckert

Caravana Lula, acampamento do MST em Jaboatã, SE. Foto Ricardo Stuckert

Golpistas e seus aliados não merecem o nosso apoio

Esta edição de Página 13 foi impressa no final de novembro de 2017, cem anos depois da tomada do poder pelos Sovietes. Aos trabalhadores e às trabalhadoras que tomaram parte deste episódio transcendental, nossa mais profunda homenagem e agradecimento. E seguindo seu exemplo, sigamos na luta contra o capitalismo e seus representantes políticos. A começar pelo país em que militamos, onde a esquerda está chamada a derrotar o golpismo, a eleger Lula presidente, a convocar uma Assembleia Constituinte, a revogar as medidas reacionárias. Ou fazemos isto, ou muito provavelmente estaremos condenados a um longo período de defensiva.

O estranho e paradoxal desta situação – apesar de estarmos mais fracos que antes, somos convocados a ser mais audaciosos que antes – faz com que muitos setores da esquerda proponham "colocar a pasta de volta no tubo". Esta intenção aparece, por exemplo, nos discursos que falam em fazer alianças com os golpistas.

Claro que precisamos atrair setores que estiveram do lado de lá. Claro que não devemos dar pretextos para quem teme um governo revanchista. Mas vamos falar sério: antes de pensar na hipótese de "perdoar" ou de "fazer alianças", é preciso ***derrotar*** os golpistas.

Sabedora do desgaste causado pelo desemprego e pelas contrarreformas, setores da direita golpista buscam apresentar-se como "centristas", uma suposta alternativa aos "dois demônios": o radicalismo de esquerda e o de extrema-direita. Neste contexto, falar em perdoar os golpistas, assim como propor alianças com os golpistas, favorece esta operação de dissimulação e, no limite, ajuda os golpistas.

Ajuda, também, aqueles setores da esquerda que torcem pela destruição do petismo. É o caso de setores do PSOL, que torcem descaradamente para que o PT faça alianças com a direita, na expectativa de receber votos dos petistas descontentes. O que estes setores do PSOL não percebem é que isso até pode render alguns votos a mais para seus candidatos; mas a maior beneficiária de uma situação destas seria a direita, pois as candidaturas da direita só podem ser derrotadas pelas candidaturas do PT.

> **"Não cabe fazer alianças com o PMDB, tanto por razões nacionais, quanto por razões estaduais. Cabe a base do Partido, através do voto em encontros e prévias, decidir a política de alianças e as candidaturas."**

Diante disto, o que deve fazer a esquerda petista? Lutar para que o Partido adote, nas eleições de 2018, a política aprovada no recente 6º Congresso do PT. Segundo as resoluções deste Congresso, "a política de alianças, incluindo as coalizões eleitorais, deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula presidente, com partidos, correntes e personalidades que estabeleçam compromisso programático dessa natureza. A consolidação de uma esquerda antissistema, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política".

É isto que a tendência petista Articulação de Esquerda está fazendo em todo o país, inclusive em Sergipe: lutar por um programa, uma política de alianças, uma tática eleitoral e por candidaturas que sejam coerentes com a situação do nosso estado e do nosso país. Não cabe fazer alianças com o PMDB, tanto por razões nacionais, quanto por razões estaduais. Cabe a base do Partido, através do voto em encontros e prévias, decidir a política de alianças e as candidaturas.

Aos que nos perguntam o que fazer se não tivermos êxito, respondemos: venha lutar conosco! Vamos trabalhar para que a base do Partido apoie o lançamento de uma chapa petista para disputar o governo e o senado. E vamos eleger parlamentares que tenham compromisso com a classe trabalhadora!!!. ★

Os editores

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-173

Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font e Tadeu Brito **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

2018 já começou

Caravana do Lula: a resposta do povo aos golpistas

Marco Aurélio Rocha

Cavana Lula em Montes Claros, MG. Foto: Ricardo Stuckert

No último 30 de outubro, uma segunda-feira, dezenas de milhares de pessoas reuniram-se na Praça da Estação, em Belo Horizonte. Não era um show musical ou atividade ligada a alguma igreja, como tem sido mais comum nos últimos anos. A multidão estava ali para assistir ao ato de despedida da caravana Lula por Minas Gerais.

Era o ápice de uma caravana de inegável sucesso. Foram oito dias percorrendo 12 cidades mineiras, em diferentes regiões do estado, totalizando 1,5 mil quilômetros de estrada. Em cada município, Lula foi recebido por uma população que visivelmente o admirava e o admira. Gente que reconheceu em seu governo o esforço para melhorar a vida dos mais pobres.

Mais importante do que isso, a caravana de Lula em Minas demonstrou, mais uma vez, que, se provocado, o povo responde positivamente. Havia, certamente, militantes políticos entre os presentes nos atos, mas havia igualmente gente sem qualquer filiação partidária ou envolvimento político mais forte. Estavam ali porque perceberam que o momento exige ação: o Brasil do golpe retira direitos dos trabalhadores, vende o Brasil ao capital estrangeiro e promove, com isso, a piora na qualidade de vida das pessoas.

Chamou a atenção, por exemplo, a forma como foi recebida a presidenta Dilma Rousseff. Ela esteve presente nos atos de Ipatinga (o primeiro da caravana), Montes Claros, Bocaiuva, Diamantina, Cordisburgo e Belo Horizonte. Em todos eles, foi ovacionada. Foi possível notar que a maioria das pessoas, ainda que bombardeadas pela propaganda midiática, hoje percebe nitidamente que houve um golpe de estado no Brasil. As palmas entusiasmadas a Dilma, em todos os lugares onde esteve, eram também o sinal de que ninguém está satisfeito com o rumo tomado pelo Brasil após o PT deixar o governo federal.

Essa insatisfação foi canalizada pela caravana. Antes de um evento pré-eleitoral a favor de Lula -- como gosta de dizer a mídia corporativa --, a caravana foi uma ampla mobilização popular contra o Brasil do golpe. Contra o que está aí: a privatização das empresas públicas, a corrupção indisfarçada, a retirada de direitos trabalhistas, a redução ou mesmo corte total de políticas sociais criadas e executadas nos governos de Lula e Dilma...

A caravana mostrou que o caminho da luta, da mobilização popular, é a melhor tática. Aguardar outubro de 2018, na suposição de que teremos eleições regulares, é, no mínimo, uma ingenuidade. O golpe foi e é. Ocorre no cotidiano do governo ilegítimo encabeçado por Michel Temer. E por isso precisa ser combatido incansavelmente no dia-a-dia da esquerda brasileira. A caravana Lula por Minas Gerais deu a dica: se organizarmos a luta das trabalhadoras e trabalhadores, eles responderão afirmativamente.

Mesmo protestos contra Lula e as esquerdas em geral, prometidos por certos grupos da direita mineira e temidos por alguns militantes petistas, não deram certo. Quando ocorreram, reuniram um número máximo de 10, 20 pessoas, quando muito. Acabaram por si mesmos, quando seus líderes perceberam o ridículo a que estavam se submetendo na comparação com os milhares de conterrâneos favoráveis a Lula e ao PT. Foi assim em Ipatinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni, onde os grupos de direita, todos defendendo o deputado federal pelo Rio, Jair Bolsonaro, até tentaram, mas não conseguiram reunir gente o suficiente para qualquer protesto. Depois disso, nas cidades seguintes (Araçuaí, Montes Claros, Bocaiuva, Olhos D'Água, Diamantina, Cordisburgo e BH), sequer demonstraram força para marcar qualquer ato anti-esquerdista.

O sucesso da caravana de Lula dá a receita: é preciso ir às ruas contra o golpe. O que estamos esperando? ★

Marco Aurélio Rocha integra a direção estadual da AE MG.

A cobertura completa da Caravana de Lula pelo nordeste, com destaque para Sergipe, pode ser lida na edição nº 169 do jornal Página 13.

Água mole? Pedra dura?

Rodrigo Cesar

Em todo o mundo, as classes trabalhadoras estão em uma situação de defensiva estratégica. Assim, diante da nova ofensiva neoliberal que aprofunda a hegemonia do capital financeiro e intensifica a exploração do trabalho, coloca-se como prioridade a resistência para manter direitos conquistados e defender os movimentos, organizações e lideranças populares e de esquerda.

Na medida em que aumenta o apetite do capital para sair de sua crise sistêmica mediante a recuperação de suas taxas de lucro, cresce igualmente a voracidade e o belicismo das potências imperialistas contra os povos das nações periféricas e dependentes. Eis, portanto, a dimensão estratégica da palavra de ordem “nenhum direito a menos”: a luta imediata para impedir a retirada de direitos fundamentais se integra à luta em torno dos rumos do mundo nas próximas décadas.

Neste sentido, pela importância geopolítica que tem o Brasil, os possíveis resultados da batalha que aqui se trava para derrotar o golpismo desdobram-se em diferentes cenários estratégicos para a atuação das classes trabalhadoras latinoamericanas. Assim, a mobilização popular para revogar o teto de gastos e a antirreforma trabalhista, bem como impedir a aprovação da contrarreforma da previdência, é elemento indispensável para mudar a correlação de forças em favor de um programa democrático-popular e socialista para o país e retirar os entraves para sua implementação.

Mas o sucesso nesta batalha depende sobremaneira da consciência a respeito do que está em jogo e da disposição de luta de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

> “Ao invés de substituir a mobilização popular pela disputa eleitoral como forma de luta prioritária para derrotar o golpismo, trata-se de voltar a articular luta social, luta institucional e luta cultural; lutas que têm caminhado dissociadas umas das outras”

Até o momento, porém, o êxito da luta de massas tem sido impedido tanto pela blindagem institucional montada pela coalizão golpista para preservar Temer e a implementação de seu programa ultraneoliberal, por um lado, quanto pela campanha de desmoralização do PT, de Lula e do conjunto da esquerda, por outro.

Contudo, apesar das seguidas derrotas das forças populares, democráticas e socialistas, é preciso ter em mente o velho ditado: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. A aparente fraqueza da água consegue vencer a aparente fortaleza da pedra pela insistência.

Assim, ao invés de substituir a mobilização popular pela disputa eleitoral como forma de luta prioritária para derrotar o golpismo, trata-se de voltar a articular luta social, luta institucional e luta cultural; lutas que tem caminhado dissociadas umas das outras.

Afinal, se é verdade que reverter o golpe passa por recuperar o governo federal, também é verdade que para recuperar o governo federal e fazê-lo em condições de revogar as medidas golpistas, é preciso uma atuação que vá muito além de preparar e travar a disputa eleitoral, cuja própria existência está ameaçada.

Neste sentido, a mobilização do movimento sindical na campanha de coleta de assinaturas em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) que revoga a antirreforma trabalhista e a terceirização irrestrita tem importância ímpar: além de garantir a meta de 1,5 milhões de assinaturas para protocolar o projeto na Câmara dos Deputados em 8 de novembro, a campanha também visa à conscientização de trabalhadoras e trabalhadores sobre os impactos das medidas golpistas e a necessidade de lutar em defesa dos direitos, preparando o ambiente para uma nova Greve Geral quando da votação da antirreforma da previdência. Se botar pra votar, o Brasil vai parar!

Segundo a legislação aprovada, está previsto que a antirreforma trabalhista entre em vigor no dia 11 de novembro. Deste momento em diante, a luta em defesa dos direitos trabalhistas passará a envolver a resistência em cada local de trabalho para impedir sua implementação, com atenção para o alerta que consta nas resoluções do Congresso Extraordinário da CUT, realizado em agosto deste ano:

“A Lei nº 13.467/2017 baseia-se na lógica de individualização e da desproteção coletiva, pois transfere para o contrato individual de trabalho uma série de possibilidades de negociação direta excluindo a representação sindical, dificultando o acesso dos sindicatos no local de trabalho, fragilizando financeiramente as entidades sindicais, formalizando a negociação abaixo dos pisos legais e sem incentivo negocial. A tarefa sindical é a de combater a reforma e o desmonte que ela provoca na nossa organização sindical.”

Além disso, para impedir o desmonte da previdência – que volta à pauta do Congresso Nacional após o arquivamento da segunda denúncia contra Temer – devemos amplificar sua denúncia junto às bases sindicais e setores desorganizados da classe trabalhadora e construir um massivo dia nacional de lutas e paralisações em 10 de novembro. ★

Rodrigo Cesar é historiador e assessor da CUT.

Descompromisso total

A caolha educação de Sergipe vista pelos óculos do Governador

Ivonete Cruz e Roberto Silva Santos

A forma debochada como o Governador Jackson Barreto respondeu aos jornalistas, ao ser questionado como estava vendo a greve dos professores, que, " com os óculos", reflete bem a sua pratica ao longo dos três anos de governo que tem sido marcada pelo total descompromisso com a garantia de uma educação de qualidade para o povo de Sergipe, o desrespeito ao magistério e aos ataques ao SINTESE de forma pejorativa e agressiva, como quando utilizou os microfones dos veículos de comunicação para chamar o SINTESE de nazista.

A política do governo Jackson Barreto tem sido de negação do direito a educação através do fechamento de turmas e turnos; entrega de prédios e matrículas as redes municipais sem que as mesmas tenham condições de atender toda a demanda. A queda da matricula, por sua vez, tem como consequência uma drástica redução dos recursos do FUNDEB e outras fontes de recursos vinculados à matrícula. A política de desmonte da educação tem se intensificado a partir de 2017 com a implementação de forma impositiva e sem nenhum diagnostico prévio do ensino médio em tempo integral que acarretará no caos para a educação de Sergipe. Soma-se a esse cenário a ausência de alimentação escolar nas escolas e a situação cada vez mais precárias da estrutura física das mesmas. E, para coroar a sua política de terra arrasada o governo Jackson Barreto é responsável pela total destruição da carreira dos professores. Para concretizar seu plano de desmonte da educação, o governador não poderia encontrar pessoa melhor do que o seu secretário de educação, o Professor Jorge Carvalho.

Os dois, o governador e o seu secretário, tem conseguido com muita maestria, transformar a vida dos professores e professoras de Sergipe num verdadeiro calvário e as escolas públicas num verdadeiro inferno, como bem disse o senhor secretario ao assumir a pasta. As nossas escolas tem ao longo da gestão dessa dupla, Jackson Barreto e Jorge Carvalho, se tornado cada vez mais num espaço onde predomina o medo, a violência, a insegurança e a desilusão.

Para melhor entendemos a operação Jackson + Jorge = desmonte da educação estadual, vamos descrever as medidas tomadas e os resultados obtidos. O cenário que se apresenta para o próximo governador que assumirá Sergipe em 2019 é desafiador, pois estamos tratando de ações que terão consequências de difíceis resolução, vejamos:

1- Política de fechamento de turmas nas escolas estaduais, especialmente do turno noturno.

A política de fechamento do turno noturno vem merecendo atenção e resistência dos professores e do SINTESE, por compreender que a educação é um direito social subjetivo e não pode ser negligenciada pelos gestores públicos. Vivemos uma realidade vergonhosa de crescimento do analfabetismo e as políticas tem sido de aprofundar o problema, especialmente da Educação de Jovens e Adultos-EJA.

O resultado dessa política é o aumento do analfabetismo no Estado e a redução dos anos de escolaridade das crianças e jovens sergipanos. Para os gestores o que importa são os números do IDEB e não a garantia da educação como direito subjetivo, conforme prever a legislação do país. Num Estado onde os jovens trabalhadores precisam concluir seus estudos a noite, em Sergipe tem sido cada vez mais difícil. Anos após anos as medidas têm sido de suspensão da oferta dessa modalidade de matrícula.

A rede estadual de ensino de Sergipe vem apresentando redução do número de matriculas. A consequência disso é, conforme demostram os dados do Anuário Sócio Econômico do Estado, o aumento do número de jovens entre 15 e 29 anos que só trabalham. Os dados demonstram uma crise social que os óculos do Governador não enxergam: 63,7% dos sergipanos nessa faixa etária de 15 a 29 anos, estão fora da escola.

> "Os dois, o governador e o seu secretário, tem conseguido com muita maestria, transformar a vida dos professores e professoras de Sergipe num verdadeiro calvário e as escolas públicas num verdadeiro inferno"

2- Entrega de prédios e matrículas do Ensino Fundamental as redes municipais e redução das receitas da educação.

Todos os anos a ação dos SINTESE e dos professores e professoras tem sido de construir uma forte resistência junto à comunidade escolar para barrar a ação perversa do governo e do seu secretário de educação de entregar os prédios públicos da rede estadual que ofertam o Ensino Fundamental as redes municipais de ensino. Muitas ações têm sido construídas: plenárias, panfletagem, abaixo-assinado, audiência no Ministério

Portaria MEC nº 1.145, 10 de Outubro de 2016

Anexo IV - Recomendações para infraestrutura das escolas:
1. Espaços Administrativos: Almoxarifado Circulação Coordenação Diretoria Secretaria Sala dos professores Sanitários adultos: masculino e feminino;
2. Espaços Pedagógicos: Biblioteca - 50 m² Informática Laboratório - 60m² Circulação Salas de aula (12) - mínimo 40m² cada Sanitário masculino - 16m² Sanitário feminino - 16m²;
3. Espaços Esportivos: Quadra poliesportiva - 400m² Vestiário masculino - 16m² Vestiário feminino - 16m² Observação: Caso a escola não tenha quadra, deverá demonstrar onde as atividades esportivas serão realizadas;
4. Espaços para Serviços: Área de Serviço externa: Central GLP (Gás) Depósito de lixo Pátio de serviço Circulação Depósito de material de limpeza Despensa Cozinha - 30m² Bancada de preparo de carnes, guarnições e preparo de legumes e verduras Bancada de preparo de sucos, lanches e sobremesas Bancada de lavagem de louças sujas Área de Cocção Balcão de passagem de alimentos prontos Balcão de recepção de louças sujas Vestiário com chuveiro e sanitário para funcionários Observação: Caso a escola não tenha cozinha, deverá apresentar alternativas para terceirização da alimentação. Pátio coberto - espaço de integração entre diversas atividades e faixas etárias, onde se localiza o refeitório.

Portaria do MEC nº 727 13 de Junho de 2017

Anexo III - Infraestrutura requerida das escolas com metragens sugeridas
1. Biblioteca ou Sala de Leitura - 50 m²
2. Salas de aula (8) - mínimo 40 m² cada
3. Quadra poliesportiva - 400 m²
4. Vestiário masculino e feminino - 16 m² cada
5. Cozinha - 30 m²
6. Refeitório

Público e atos para convencer as administrações municipais dos riscos em assumirem 100% da matrícula do Ensino Fundamental. Essa trata-se de uma prática a mais do governo Jackson Barreto e seu secretário de Educação de desrespeito à Legislação, já que de acordo com o Artigo 10, Inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a oferta do Ensino Fundamental deve se dar em regime de colaboração entre os dois entes federados, Estados e Municípios. Sendo que a responsabilidade, prioritariamente, deve ser do ente que apresentar melhores condições e recursos disponíveis.

Nesse sentido, o governo de Sergipe faz o caminho inverso, tem como principal política se desresponsabilizar dessa modalidade de ensino e contribuir ainda mais para aprofundar a negação da matricula e, consequentemente o analfabetismo no Estado.

A intensificação dessa política gerará um sério problema da oferta do ensino fundamental no Estado, pois as redes municipais não têm recursos nem estrutura física nas unidades de ensino para assegurar 100% da matrícula do ensino fundamental. Poderemos, nos próximos anos, observar o agravamento da realidade educacional do Estado que os óculos do Governador insistem em não enxergar.

Outra consequência da redução da matrícula na rede estadual é a queda da receita da educação . Isso vem ocorrendo pelo fato da atual política de financiamento da educação estadual está vinculada à matrícula. Essa situação levará a política educacional do Estado ao colapso. Podemos afirmar que as ações defendidas e adotadas pelo Governo do Estado de redução de matrícula e consequente redução de receitas é uma irresponsabilidade fiscal, pois inviabilizará os investimentos futuros para melhorar a qualidade da educação e poderá inviabilizar o pagamento, dentro do mês trabalhado, dos salários dos servidores da educação.

3- Aprofundamento do desmonte da educação a partir da implantação da reforma de ensino médio de tempo integral de Temer, via Centros Experimentais.

A reforma do Ensino Médio imposta pelo governo golpista de Temer foi mais um ataque ao direito a educação e por essa razão é objeto de muitas críticas de estudiosos da educação. Por ser tratar de um projeto de cunho neoliberal que tem como objetivo garantir a formação de mão de obra para o mercado e destruir com a possibilidade da formação integral, garantindo o amplo conhecimento, já que retira a obrigatoriedade de disciplinas e torna facultativa para o estudante e para o Estado.

E, mais uma vez o governador Jackson Barreto sai na frente para implementar, impositivamente, o modelo de Escola de Tempo Integral do governo golpista, que além de não garantir o que é definido pelo Plano Nacional de Educação, ainda nega o direito a formação integral dos estudantes.

Em Sergipe a estrutura física das escolas é caótica, e pelos critérios da Portaria nº 1.145, não poderia funcionar, assim em vez do Estado investir na melhoria das escolas, buscou junto ao MEC saídas para continuar impondo um modelo de escola de tempo integral excludente, para isso se fez garantiu a alteração da portaria que retirar toda melhoria prevista na normativa, detalhada no quadro ao lado.

Em relação a matrícula o cenário não foi diferente. No dia 23 de Dezembro de 2016, o MEC divulgou listas das escolas onde seria, em 2017, implementado o Ensino Médio de Tempo Integral através da seguinte matéria: "MEC divulga lista final das unidades aprovadas no Programa de Escola em Tempo Integral". Na lista, podemos observar que o MEC, também, divulga o quantitativo mínimo de alunos que deve ser matriculado nas 03 (três) séries do Ensino Médio para funcionar essa modalidade de ensino.

Diante do modelo desastroso e pouco atraente para estudantes, a maioria das escolas sergipanas onde foi implementado esse modelo não atingiu o quantitativo mínimo de matrícula. Novamente, em vez da SEED repensar o modelo e dialogar com professores e estudantes, foi no MEC e com a divulgação da Portaria nº 727, o que antes o mínimo era de 120 alunos para funcionamento do 1º ano, passou a ser 60 matrículas. Mesmo com essa redução brusca, duas escolas ainda não se encaixam na nova regra que se altera de acordo com a conveniência dos gestores: O Colégio Estadual José Rollemberg leite e o Colégio José Alves do Nascimento.

Para atender as normas do MEC, os óculos do Governador não enxergam os milhares de jovens que não podem estudar em tempo integral e simplesmente abandonarão as escolas estaduais. Isso vai ocorrer devido o encerramento, também, das matrículas de Ensino Médio de tempo parcial, pois ou os jovens se adequam ao tempo integral ou ficam sem estudar por falta de vagas. O método de implementação do Ensino de Tempo Integral em Sergipe contribuirá decisivamente para aprofundar os índices de evasão escolar e

de jovens fora da escola.

Para ter sucesso nessa empreitada, o Governo Jackson está desmontando toda equipe de professores e equipe diretiva das escolas, fazendo uma seleção de professores que se propõe a trabalhar dentro da perspectiva da pedagogia das competências. A ideia é assegurar que os alunos, futuros trabalhadores precisam entender que o emprego está diminuindo e o "sucesso ou fracasso" na vida é culpa dos próprios trabalhadores que não se esforçou suficiente para ter sucesso na vida. Nessa perspectiva, a educação passa a ter um papel estratégico: construir a cultura do conformismo social.

A visão caolha do governador não percebe que a formação integral de nossos jovens deve ser pensada numa perspectiva crítica, levando em consideração as questões sociais contemporâneas, indo desde os aspectos físicos de nosso viver na terra (questões ambientais, questões ecológicas etc), passando problemas de ordem social (questões de preconceitos, questões de classe, questões de desigualdade social etc), chegando até os problemas de relacionamentos com as diferenças que constituem a riqueza da humanidade (questões de gênero, questões de crenças etc). Lutaremos por essa escola, uma educação que promova a formação humana e possa formar nossos jovens com autonomia de pensar e agir no meio social em que vivem, uma educação para emancipadora humana.

4- Destruição da carreira dos professores com não pagamento do reajuste do piso salarial.

O governo Jackson promove uma política de destruição da carreira do magistério estadual. Esse desmonte acontece devido ao fato do governo não pagar o reajuste do piso, respeitando os escalonamentos do Plano de Carreira. O descumprimento do reajuste do piso previsto no §1º, art. 2º, da lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, destrói dois conceitos de carreira desrespeitados na política salarial praticada com os profissionais do Magistério Público Estadual de Sergipe: (A) Carreira do Magistério Público da Educação Básica e (B) Vencimento inicial.

4.a) Carreira do Magistério Público da Educação Básica:

A lei complementar nº 61 de 16 de julho de 2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Estado de Sergipe, determina em seus §§1º e 2º, art. 12, que a Carreira do Magistério Público de Sergipe está organizada através de Classes (linhas de progressão funcional dos profissionais do Magistério, por merecimento e por tempo de serviço, designadas por dez letras, de A a J, sendo, esta última, o final da Carreira) e Níveis (linhas de progressão funcional por titulação e habilitação do Profissional do Magistério, designados Nível I, Nível II, Nível III, Nível IV e Nível V).

4.b) Vencimento inicial:

Ainda segundo a lei complementar nº 61 de 16 de julho de 2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Estado de Sergipe, incisos VII, IX e X, que o Vencimento é a retribuição pecuniária básica mensal, devida aos integrantes do Plano de Carreira e Remuneração, pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao fixado em lei, sendo o seu padrão o conjunto de referências atribuído a cada nível em que estão divididos os valores representativos de cada padrão de vencimentos. Já o inciso XIII, em consonância com a lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, determina que Piso Salarial Profissional é o menor salário da Carreira correspondente ao vencimento básico, à menor jornada de trabalho e ao nível básico de formação, sem acréscimo de qualquer vantagem.

Nesse sentido, embora a carreira do Magistério Público Estadual de Sergipe exista e seja assegurada pela lei complementar nº 61 de 16 de julho de 2001, organizada através de classes (a cada três anos em efetivo exercício, o professor muda de letra, iniciando na A e finalizando na J) e nível (cinco níveis, sendo: I = curso médio na modalidade NORMAL; II = graduação em licenciatura plena ou graduação em pedagogia; III = pós-graduação, compatível com as atribuições do cargo, obtida em cursos de especialização "lato sensu"; IV = pós-graduação, compatível com as atribuições do cargo, obtida em curso de mestrado; V= pós-graduação, compatível com as atribuições do cargo, obtida em curso de doutorado) o Governo do Estado de Sergipe atualmente paga indiscriminadamente o mesmo vencimento (R$ 2.298,80) a todos os professores desconsiderando as classes e os níveis.

Diante dessa ilegalidade que vem ocorrendo desde 2012, o SINTESE realizou um conjunto de estudos visando identificar as perdas salariais dos Profissionais do Magistério, do período compreendido entre janeiro de 2012 a agosto de 2017. As perdas demonstram o quanto os professores de Sergipe vivem uma situação de empobrecimento em função da caolha visão do governador Jackson Barreto que insiste em não ver o desmonte da carreira do magistério público estadual. Para o governo Jackson Barreto e o

> **"A visão caolha do governador não percebe que a formação integral de nossos jovens deve ser pensada numa perspectiva crítica, levando em consideração as questões sociais contemporâneas"**

seu secretário de educação o Dr. Jorge Carvalho não interessa que os professores de Sergipe estudem para garantir uma melhor ensino para a população de Sergipe, uma vez que diante da negação do reajuste do Piso aplicado a carreira como determina a Lei, em Sergipe um professor com formação em nível médio e outro com mestrado e com nove anos de ingresso a rede recebem a mesma remuneração.

Diante desse cenário de caos, violência e de destruição da educação pública como resultado da política implementada pelo Jackson Barreto conclamamos os professores e professoras do Magistério Público de Sergipe há permanecer firme na luta, na resistência e na defesa de uma Escola Pública de Qualidade Social.

SOMOS MUITOS. SOMOS FORTES. ★

Ivonete Cruz é presidenta do SINTESE. **Roberto Silva Santos** é vice-presidente do SINTESE e dirigente da CUT Sergipe.

À militância do Partido em Sergipe

Articulação de
ESQUERDA
TENDÊNCIA PETISTA

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores prevê um processo com duas etapas para definir a política de alianças e as candidaturas petistas.

Portanto haverá encontros e prévias para decidir a posição do PT em Sergipe nas eleições 2018.

No dia 21 de outubro de 2017 a militância da tendência petista Articulação de Esquerda apresentou como proposta ao Partido as pré-candidaturas dos professores Dudu e Joel, para compor a chapa majoritária petista. Por óbvio, sem coligação com o PMDB, JB e os seus.

A resposta dada pelo grupo que hoje é maioria na direção partidária foi uma reunião privada na casa de praia do presidente estadual do partido, com a presença de um peemedebista, o senhor Belivaldo. Não em nosso nome!

O estatuto e a militância do PT precisam ser respeitados nesse processo, pois, segundo a norma, aos filiados cabe dar a última palavra.

Direção Estadual da Tendência Petista Articulação de Esquerda em Sergipe

Qual a tática?

Tadeu Brito

No dia 21 de outubro, a seção sergipana da tendência petista Articulação de Esquerda realizou duas atividades: o Congresso estadual e a Conferência de tática eleitoral.

O Congresso debateu e aprovou sem emendas o projeto de resolução "A Estratégia de Luta pelo Socialismo no Brasil" apresentado pela Direção Nacional da AE, como texto base para o Congresso nacional da tendência, que vai ocorrer nos dias 24 a 26 de novembro, em São Paulo capital. O projeto de resolução pode ser lido no link https://goo.gl/hsx8Uy e a apresentação pode ser (re)vista no perfil da Secretaria de Movimentos Populares do PT em Sergipe pelo link https://www.facebook.com/secmpptse/

Saíram delegadas nacionais as companheiras: Angela, Ivonete Almeida e Yanaia Rolemberg. Completam a delegação nacional os camaradas Lucas Bomfim, Rubens Marques e Thiago Oliveira.

A Conferência de tática eleitoral debateu e aprovou, por unanimidade, um projeto de resolução apresentado pela Direção Estadual da AE em Sergipe. Esta resolução contém as seguintes diretrizes:

1.Defender que o PT lance candidatura própria para disputar o governo estadual;

2. Defender que o PT lance chapa completa para disputar o Senado;

3. Apresentar a pré-candidatura do Professor Dudu (Rubens Marques) como indicação da AE para disputar o governo do estado em nome do PT;

4. Apresentar a pré-candidatura do Professor Joel Almeida como indicação da AE para integrar a chapa petista que disputará o Senado;

> **"O resultado do "trabalho" do PMDB, com Temer e com Jackson, é desastroso. Em Sergipe temos 65% dos nossos adolescentes, entre 15 e 19 anos, fora das salas de aula. A saúde e a segurança pública estão um caos"**

5. Caso o grupo majoritário na direção estadual do PT insista em apoiar/fazer parte da chapa do atual governador, a AE disputará as prévias previstas no estatuto partidário;

6. A AE também contribuirá para que o PT tenha uma forte chapa para disputar a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa;

7. Apresentamos a Professora Ângela Melo como nossa pré-candidata à Câmara dos Deputados, e Iran Barbosa como nosso pré-candidato à Assembleia Legislativa.

Nosso desafio é mobilizar milhares de trabalhadoras e de trabalhadores sergipanos, para que essa tática política seja adotada pelo Partido dos Trabalhadores. Pois, se for mantida a aliança PT-PMDB, só quem ganha é Jackson Barreto. Perde Lula, perde o PT em Sergipe e, principalmente, perde a classe trabalhadora.

Jackson Barreto sabe disto. Por isto, ele atacou o PT, os petistas e em especial a companheira Ana Lucia numa rádio no dia 26 de novembro. Jackson quer se utilizar do "coração e da mente" conciliadora de Lula e da força militante do petismo para se eleger Senador. E para que fique clara a filosofia política que o orienta, ele afirmou: "pessoas sim, partidos não!"

A classe trabalhadora é maioria da população, produzimos as riquezas do Brasil e do nosso pequeno e belo Sergipe. Em 2016, sofremos um golpe. Participaram deste golpe, entre muitos outros, Temer, o amigo de Cunha, André Moura e Jackson Barreto. Naquela ocasião, JB defendeu Temer e disse aos petistas: "deixem o homem trabalhar".

O resultado do "trabalho" do PMDB, com Temer e com Jackson, é desastroso. Em Sergipe temos 65% dos nossos adolescentes, entre 15 e 19 anos, fora das salas de aula. A saúde e a segurança pública estão um caos.

Segundo o Anuário Socioeconômico de Sergipe, "em 2015, a única atividade que não reduziu seus empregos formais foi a SIUP (Setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública). Destacaram-se nessa redução a construção civil e a indústria de transformação, esta última em 2016." De 861 mil trabalhadores assalariados em 2014, chegamos em 2016 com apenas 787 mil assalariados. Em dois anos são 74 mil trabalhadores desempregados. Ainda segundo o Anuário: "em mais da metade dos municípios sergipanos, declarou-se renda mensal de ¼ de salário mínimo até 1 salário mínimo."

É contra esta realidade que o PT deve emancipar-se e apresentar chapa própria e combativa, em todos os níveis. ★

Tadeu Brito é dirigente estadual do PT em Sergipe

Um dos piores momentos das últimas décadas

Nesta entrevista ao Página 13, o presidente da CUT Sergipe, Rubens Marques de Sousa, mais conhecido como Professor Dudu, fala acerca do governo dirigido por Jackson Barreto

Página 13. O povo de Sergipe passa bem?

Professor Dudu. De forma alguma. O povo sergipano vive um dos piores momentos das últimas décadas. Dados recentes do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Anuário Socioeconômico do Departamento de Economia da UFS revelam que Sergipe proporcionalmente é o estado mais violento do Brasil, e as principais vítimas têm classe social, cor, grau de escolaridade, idade e endereço, ou seja, são negros, pobres, moradores da periferia e de baixa escolaridade, com idade entre 17 e 21 anos. Isso significa que o governo Jackson Barreto é um desastre na área da segurança pública, mas não só, porque a educação também vai mal, não apenas porque aumentou o número de analfabetos, mas porque além de congelar salários dos professores e servidores da educação há quatro anos, parcelar pagamento dos aposentados e sucatear as unidades escolares, o governo de Sergipe reproduz ipsis litteris o receituário neoliberal do governo golpista de Michel Temer e do Ministro da Educação Mendonça Filho. Se na segurança e na educação as coisas vão mal, na saúde não é diferente. Dados revelam que mais de 70% dos serviços foram terceirizados. A prestação de serviços é ruim e não há perspectiva de melhorar com o atual governo. Além da assistência à saúde, na área da previdência o caos é total e os dois fundos de aposentadoria (FINANPREV e FUNPREV) estão falidos e o governo não apresenta proposta concreta para capitaliza-los. Para completar a balburdia, as páginas do programa de governo nos capítulos da assistência social e também da cultura ainda não foram abertas.

> "O PT deverá construir uma grande articulação com setores progressistas do estado para fazer uma verdadeira cruzada pela reconstrução de Sergipe"

Nesta situação que você descreveu. Qual cota de responsabilidade cabe a Temer e que cota de responsabilidade cabe a JB?

Coloco os dois no mesmo patamar, uma vez que o golpista Michel Temer só está se sustentando na presidência – para impor a agenda criminosa dos banqueiros e empresários nacionais e das transnacionais – porque tem apoio principalmente no Congresso Nacional, na mídia e em setores do judiciário, e por falar no congresso nacional o PMBD de Sergipe, que é liderado pelo governador Jackson Barreto, votou favorável ao impeachment da presidenta Dilma e tem votado favorável às reformas da morte, portanto, Sergipe é hoje uma caixa de ressonância do governo Temer.

E como ficam aqueles partidos de esquerda, como o PT, que apoiaram JB em 2014?

Acho que já deveriam ter desembarcado há muito tempo, pois não justifica continuar respaldando um governo decadente e arrogante que anda na contramão da história, e por isso frustrou a expectativa da maioria do povo sergipano que lhe confiou o voto, sem contar que para viabilizar a sua candidatura ao senado Jackson não tem limites, e pode levar para o seu palanque todos os golpistas de Sergipe. É melhor desembarcar enquanto há tempo do que passar por constrangimento quando não for possível mais reagir. O PT continuar à reboque de Jackson Barreto é um péssimo negócio.

Se a esquerda, encabeçada pelo PT, eleger o próximo governador sergipano, quais deveriam ser as prioridades?

O PT deverá construir uma grande articulação com setores progressistas do estado para fazer uma verdadeira cruzada pela reconstrução de Sergipe. Será necessário muito empenho para viabilizar a segurança pública, a saúde, a educação e tirar do papel as políticas de cultura e inclusão social. E isso passa por investimentos em infraestrutura e valorização profissional. Para investir bem o Estado fará diagnósticos nas áreas fundamentais. O governo deixará de ser um clube de amigos e passará a ser um estado para todos os sergipanos (governo popular e democrático). O PT vai resgatar a confiança e a autoestima do povo.

Em 2018, Lula Vencerá as eleições presidenciais em Sergipe?

Sem dúvida nenhuma. A última passagem dele por Sergipe em sua caravana mostrou o quanto continua respeitado e amado pelo povo. Ele é tão popular aqui em Sergipe que até políticos que referendaram o golpe trocaram cotoveladas para fazer uma selfie com o ex-presidente. Os sergipanos reconhecem os benefícios que o estado recebeu durante os governos de Lula e Dilma, estão por toda parte, das rodovias as universidades. As políticas de inclusão foram desmontadas pelo governo golpista. O povo vê também em Lula a esperança da geração de emprego. Ele só não será presidente pela terceira vez caso as elites perversas desse país consigam uma artimanha para interditá-lo.

Nesta confusão toda que está a política nacional, continua valendo a pena ser petista?

Sim. Apesar das contradições vale a pena sim, pois contradições existem até nas igrejas, imaginem nos partidos políticos. Viver já é um exercício permanente de enfrentamento e superação das contradições. Ela é fruto da dialética da vida. O PT com Lula e Dilma mudou o Brasil, e está sendo perseguido pela classe dominante muito mais pelos acertos do que propriamente pelos erros. Os legados são inquestionáveis. ★

O povo precisa ter voz no Senado

Nesta entrevista ao jornal Página 13, o professor Joel, ex-presidente e atualmente diretor do Sintese, faz uma análise da representação sergipana no Senado.

Página 13. Como você avalia a atuação da bancada de senadores sergipanos?

Professor Joel. O perfil dos senadores de Sergipe é muito semelhante ao perfil nacional, são ex-governadores, no caso Valadares, ex-primeira-dama, no caso de Maria do Carmo, e representantes de setores conservadores ou emergentes na politica, no caso de Amorim. Os dois últimos com mandatos inexpressivos, já o senador Valadares, no 3º mandato, demonstra ter algum prestigio, mas desconhecemos algum projeto ou ação impactante para o país ou para o estado de Sergipe durante seus mandatos.

Além do que você já disse sobre o desempenho coletivo da bancada de senadores, como você avalia o desempenho individual do senador Eduardo Amorim (PSC)?

Pífio, um senador inexpressivo. Seu trabalho não tem visibilidade no estado porque não houve nenhuma preocupação durante esses 7 anos com as áreas sociais e nem mesmo fez um debate qualificado sobre os grandes temas nacionais. No entanto, ainda consegue se manter na disputa, pois foi candidato a governador em 2014 polarizando com Jackson Barreto, e pode se recandidatar ao governo ou ao senado.

E o desempenho individual de Antonio Carlos Valadares (PSB)?

Valadares já foi governador de Sergipe, com um mandato horroroso; anos depois ao ser excluído pela direita, veio compor com uma frente de esquerda em Sergipe na qual fazia parte Jackson Barreto e o PT. Seus dois primeiros mandatos de senador, embora não fossem expressivos, nunca comprometeram a aliança com a centro-esquerda que ele compôs em Sergipe. Agora no terceiro mandato, embora tivesse sido sempre prestigiado pelo ex-presidente Lula, foi um dos artífices do golpe contra Dilma, dentro do PSB e no Senado Federal.

> "É importante registrar que Sergipe tem o histórico de ter eleito como senador um sindicalista, o saudoso José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobrás, em circunstâncias que quase ninguém esperava."

E o que você nos diz sobre o mandato de Maria do Carmo Alves (DEM)?

O pior de todos. Passou quase todo o primeiro mandato de licença médica, e ainda por um determinado período veio assumir a Secretaria de Ação Social na gestão do seu marido João Alves, enquanto prefeito de Aracaju. Não se conhece um pronunciamento desta senadora, que é conhecida como a mais faltosa do Senado. No inicio deste ano apresentou, a pedido do governo federal, um projeto de lei que objetiva quebrar a estabilidade do servidor público e provocar a consequente demissão por insuficiência de desempenho. Projeto este, que vem sido combatido pelos trabalhadores do Brasil inteiro.

Se o PT eleger um ou dois senadores, quais deveriam ser as suas prioridades?

É importante registrar que Sergipe tem o histórico de ter eleito como senador um sindicalista, o saudoso José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobrás, em circunstâncias que quase ninguém esperava. Sergipe tem tradição de luta que de quando em vez traz novidades na politica. O caminho é difícil e a primeira barreira é partidária, mas vamos fazer a boa disputa.

Quanto às prioridades, o senado é o lugar dos grandes debates. Sou professor, e inexoravelmente o tema da educação terá um caráter especial, mas há outras pautas imprescindíveis, como saúde e segurança pública nos seus diversos aspectos; os temas nacionalistas e a macroeconomia não poderão estar de fora, mas vejo que no senado há um vazio em relação à pauta das minorias e das politicas afirmativas. Urge uma voz firme em defesa dos setores historicamente marginalizados na sociedade, e que pela minha própria condição de homem negro, educador, nascido na periferia de Aracaju teria uma grande simbologia.

Uma última pergunta: nesta confusão toda que está a política nacional, continua valendo a pena ser Petista?

Sou petista há 20 anos. O PT é o único partido que me filiei e que milito. Desde sempre escolhi a esquerda do PT, e passei esses 20 anos a lutar para que o partido cumpra seu objetivo, e num determinado momento histórico volte às suas origens, como um partido nascido no seio da classe trabalhadora e voltado para os anseios da população . Obviamente, diante do rumo ao conservadorismo que o partido tomou em diversos aspectos , nós da esquerda acabamos também sofrendo um desgaste enorme. No entanto, temos a clareza que o Partido dos Trabalhadores é uma conquista da classe trabalhadora, e assim devemos preservá-lo. ★

O povo deve impor a pauta

Nesta entrevista ao jornal Página 13, a Professora Angela, atualmente diretora e antes presidenta do Sintese, bate duro nos governos Temer e Jackson, bem como na maioria da bancada que atualmente representa Sergipe na Câmara dos Deputados

Página 13. O povo sergipano está bem representado na Câmara dos Deputados?

Angela Melo. Devemos avaliar o processo de falsa representação daqueles que são eleitos para a Câmara dos Deputados, pois a tradição local é que a maioria dos parlamentares não se elege, pois os mandatos são comprados antes do dia das eleições. Cerca de 51% da população de Sergipe é composta por mulheres, no entanto nós não temos nenhuma representação entre os oito membros da bancada da Câmara dos Deputados. A maioria dos deputados federais eleitos em Sergipe representa a minoria de brancos, que possuem origem nas oligarquias, no latifúndio, no empresariado local e nas igrejas pentecostais, sendo que alguns são "políticos por profissão" que se apresentam como terceirizados das elites. A classe trabalhadora possui apenas um representante, vinculado às lutas dos movimentos sociais do campo. A atual bancada federal de Sergipe, na sua maioria, sempre vota a favor dos interesses do capital, aprova projetos de lei que visam a retirada dos direitos da classe trabalhadora, são vinculados ao governo golpista do Temer, trabalham para entregar o patrimônio brasileiro às multinacionais e atuam para legitimar o desmonte que está sendo feito das políticas sociais conquistadas pelo povo brasileiro e sergipano nos governos Lula e Dilma.

Do ponto de vista dos interesses e necessidades da maioria do povo de Sergipe como você avalia a gestão dos governos Temer e Jackson?

> **Hoje Sergipe não possui representação feminina na Câmara Federal. Como mulher trabalhadora, feminista e socialista, entendo que é chegado o momento do PT em Sergipe romper barreiras**

As eleições de 2018 irão ocorrer em um momento ímpar da história do povo brasileiro. No contexto de um golpe que está levando o país para uma nova ditadura, sob o comando da mídia, do grande capital e do poder judiciário, cuja gestão pública é comandada por uma quadrilha liderada pelo Temer, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Romero Jucá e outros larápios.

O povo espera reverter nas urnas o retrocesso vivido com a usurpação do governo Dilma. A expectativa é reverter o desmonte das políticas públicas de retrocessos dos direitos sociais --a exemplo da emenda constitucional 95, que congela os investimentos na educação, saúde, segurança, moradia e outras por 20 anos; a expectativa é que possa ocorrer a anulação da reforma trabalhista; que seja barrada a reforma da previdência, anulada a lei das terceirizações, revista a reforma do ensino do médio e suspenso o marco regulatório do sistema de partilha do pré-sal.

Em Sergipe não é diferente, pois o desgoverno Jackson Barreto é aliado de Michael Temer, sendo que ambos são do mesmo partido. Jackson implementa também a política de negação de direitos dos trabalhadores, destruiu completamente a carreira do magistério público estadual, sorrateiramente quer a privatização da DESO e do BANESE e é incapaz de promover a segurança pública, cuja consequência é ter tornado Aracaju a capital mais violenta do país.

Você acredita que em 2018 será possível melhorar a representação do povo na Câmara dos Deputados? Especificamente o PT conseguirá ampliar a sua bancada?

Nesse cenário o PT, para sair vitorioso em 2018, precisa romper urgentemente com a lógica de aliança da senzala com a casa grande. Isso significa assumir a condição de oposição ao desastrado e falido governo Jackson Barreto, ao tempo que precisa apresentar-se para a população como alternativa de poder, capaz de resolver os graves problemas sociais nas áreas de segurança, educação, saúde, saneamento, meio ambiente, transporte, moradia, agricultura familiar, geração de empregos, gestão administrativa, respeito aos direitos dos servidores públicos, dentre outros.

Por ocasião da passagem da caravana do presidente Lula por Sergipe, foi possível constatar que o Partido dos Trabalhadores precisa efetivamente fazer uma aliança é com o povo, pois esse modelo de alinhamento com os políticos tradicionais está esgotado.

A tendência petista Articulação de Esquerda avaliou e compreendeu que é possível a ampliação da bancada federal do PT, através de uma candidatura com profundo enraizamento nos movimentos sociais e nas lutas do povo de Sergipe. Há uma disposição do movimento sindical e particularmente dos trabalhadores e trabalhadoras da educação para reocupar a sua representação na Câmara Federal.

Em 2018 existem possibilidades reais do povo de Sergipe eleger uma mulher na sua bancada para a Câmara Federal?

Hoje Sergipe não possui representação feminina na Câmara Federal. Como mulher trabalhadora, feminista e so-

Foto Lula Marques

cialista, entendo que é chegado o momento do PT em Sergipe romper barreiras. O lugar da mulher é ocupando qualquer espaço de poder que ela avalie importante para a disputa contra hegemônica, para a construção de uma sociedade livre dos preconceitos, do racismo, do machismo, da homofobia... Numa estrutura de estado que separa espaços distintos de homens e de mulheres, que impõe nas relações a lógica do mercado e que ainda não rompeu com a cultura do patriarcado, a ocupação pelas mulheres de espaços de representação política é de fundamental importância, não só para o empoderamento feminino, mas acima de tudo para contribuir para a construção de uma sociedade onde homens e mulheres caminhem juntos.

Em Sergipe, a Tânia Soares foi a única mulher a ocupar uma vaga na Câmara Federal, por apenas dois anos na condição de suplente de Marcelo Déda, que em 2000 foi eleito prefeito de Aracaju. Assim, entendemos que em 2018 chegou a hora de travar essa batalha pela ocupação do espaço das mulheres na bancada da Câmara federal.

Qual o perfil, as características e os compromissos que deve ter a bancada de parlamentares federais a ser eleita em 2018?

Temos que trabalhar para que seja eleita em 2018 uma bancada representativa do PT, que venha a ser maioria na Câmara Federal e no Senado, pois terá que enfrentar grandes desafios como a luta pelo resgate do patrimônio da nação brasileira entregue ao capital internacional, resgate dos direitos dos trabalhadores com a anulação da reforma trabalhista e da lei das terceirizações, promover a reforma política para que o parlamento se torne de fato um espaço representativo de toda a população brasileira, que seja possível aprovar a taxação das grandes fortunas, que efetivamente seja promovida a democratização das comunicações e o investimento de 10% do PIB em educação. Caberá ao novo Congresso Nacional que tomará posse em 2019 aprovar o referendo que será proposto pelo presidente Lula, para anular todas as medidas aprovadas pelo parlamento brasileiro e implementadas pelo golpista do Temer.

> "Caberá ao novo Congresso Nacional que tomará posse em 2019 aprovar o referendo que será proposto pelo presidente Lula, para anular todas as medidas aprovadas pelo parlamento brasileiro e implementadas pelo golpista do Temer"

Diante do cenário do desastroso e ilegítimo do governo Temer o que vai está no jogo na disputa das eleições de 2018?

Temos que enfrentar essa onda fascista e conservadora que quer jogar todos e todas na vala comum da política brasileira, assim temos que convencer que votar nulo ou a abstenção é agir contra os legítimos interesses do povo. O nosso desafio é semear e despertar nas pessoas a esperança, plantar a convicção que podemos e que seremos capazes de alterar o cenário tenebroso de um Congresso Nacional tomado por uma maioria fisiológica de ratazanas, pois o eleitorado brasileiro será capaz de eleger o presidente Lula e um parlamento majoritariamente comprometido com as reivindicações e interesses da classe trabalhadora.

A direita, os fascistas, as elites, a mídia liderada pela Globo e o judiciário não podem ditar e nem impor a pauta das eleições, pois essa tarefa cabe ao povo brasileiro, particularmente aos trabalhadores e aos milhões de pobres e excluídos que não aceitarão que as eleições sirvam para a legitimação dos retrocessos políticos e das perdas dos direitos sociais . ★

No caminho de Paulo Freire

Educação, cidadania, esquerda, luta social, parlamento e a insistência petista são alguns dos temas tratados nesta entrevista com Iran Barbosa, vereador petista de Aracaju (SE)

Página 13. Como é ser um educador em tempos tão difíceis?

Iran Barbosa. Na verdade os tempos nunca foram fáceis para quem persegue o ideal de ser educador neste país. A diferença da dificuldade contemporânea talvez resida no fato de, agregado a todas as dificuldades históricas do nosso fazer profissional, estarmos enfrentando um desvirtuamento de valores humanitários e civilizatórios na sociedade, o que, é óbvio, está refletindo no papel que a instituição escolar e os seus educadores têm a desempenhar nessa quadra da história. Fica mais difícil educar para a vida, numa sociedade que banalizou o extermínio de jovens negros da periferia, de mulheres e de homossexuais. Fica difícil formar para a prática do exercício da cidadania, quando os meios de comunicação de massa, concessões do Poder Público, fazem um trabalho permanente de "idiotização" (no sentido grego clássico) das pessoas, negando o valor da Política como instrumento do enfrentamento dos problemas coletivos. Não é fácil perseguir o ideal de educar quando os chavões e bordões de movimentos de caráter fascista passam a ter mais autoridade acadêmica e escolar do que as pesquisas científicas e as formulações teóricas de estudiosos reconhecidos no seu campo de saber. Chega a ser trágico ter que insistir em ser educador num país em que nossos alunos são estimulados a denunciar professores que, baseados na história, na sociologia, na antropologia, na psicologia e no dia a dia, ensinam que as mulheres foram historicamente oprimidas pelos homens nas sociedades patriarcais e machistas. Não é fácil tentar ser educador nestes tempos. Mas, a esperança "paulo-freireana" que motiva milhões de professores e professoras por este país, mantém aberta a porta para outro mundo pelo qual lutamos.

Você foi deputado federal e agora é vereador. Como você vê o papel de um parlamentar de esquerda?

Primeiro que tudo, para mim, ser um parlamentar de esquerda implica, necessariamente, em afirmar que a divisão entre "Esquerda" e "Direita" continua viva e muito presente. Reconhecer a atualidade dessa polarização já é uma manifestação do perfil de um parlamentar de esquerda. Além disso, entendo que práticas comprometidas com as lutas sociais, com a seriedade e o zelo com a representatividade delegada são atributos identificadores de um parlamentar com perfil de esquerda. Não se deixar seduzir pelos encantos dos acordos de bastidores, com as benesses do poder, com o status do cargo eletivo, são outros atributos. Mas, na minha visão, ser um Parlamentar de esquerda pressupõe não perder o foco estratégico na construção de um outro modelo de sicie-dade, que é a sociedade Socialista. Portanto, implica em não reduzir o mandato parlamentar que exerce apenas num instrumento de disputa eleitoral, mas compreender a tarefa transformadora que precisa exercer na perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores, das minorias, dos excluídos, dos oprimidos e perseguidos. Ser um parlamentar de esquerda é desafiar-se a construir a utopia.

Para quem acompanha a política sergipana, o mandato da deputada Ana Lúcia é um grande destaque. Esta também é sua opinião?

Sem dúvidas! Ana Lúcia é uma lutadora das causas do povo de Sergipe. Antes de ser Deputada, ela já representava, mesmo sem mandato, os interesses de parcelas importantes do nosso povo. A sua condução à Assembleia Legislativa foi um marco divisor na forma de exercer mandatos parlamemtares em Sergipe. Ela potencializou as prerrogativas do trabalho legislativo, colocando os instrumentos do Parlamento a serviço das causas populares. Ela levou para a prática parlamentar a sua formação familiar e profissional; as vivências e experiências orgânicas do movimento sindical; o saber acumulado na prática administrativa; e sobretudo os ideais da esquerda socialista sergipana. Ana Lúcia honrou os votos dos seus eleitores ao longo dos mandatos que vem exercendo como Deputada Estadual.

Uma última pergunta: nesta confusão toda que está a política nacional, continua valendo a pena ser Petista?

Eu nunca tive qualquer outra experiência partidária. Eu me afirmei na cidadania paralelamente à afirmação do Partido dos Trabalhadores como instituição partidária. Antes de ser filiado ao PT eu fui simpatizante, militante e eleitor do PT. O PT está na minha origem e na minha atualidade de "Ser-Político"! Sou petista porque acredito nos princípios e nas formulações fundadoras do meu Partido. Continuo perseguindo os ideais que me seduziram, ainda muito jovem, ao PT. Um partido plural, classista, socialista, democrático, estimulador da participação popular na vida política, comprometido com valores sociais humanitários e éticos e visceralmente enraizado nas suas bases. Eu continuo acreditando em tudo isso. Sei que nem todos os petistas se mantiveram fieis a esses princípios fundadores. Sei, também, que quem defende o PT pautado por esses fundamentos nem sempre é compreendido. Mas, eu acredito que vale a pena continuar insistindo no PT. Vale a pena continuar sendo petista. Àqueles que me aconselham a sair do PT eu tenho pedido que me apontem outra experiência partidária no Brasil que comporte esses meus anseios e utopias. Eles nunca apresentam resposta para esse desafio. Por isso, eu repito, vale a pena continuar sendo petista e lutando pelo que acredito! ★

Fala Ana Lucia

Nesta entrevista exclusiva ao Página 13, a Professora Ana Lúcia aborda questões políticas e culturais que deveriam estar no centro das preocupações da esquerda brasileira.

Página 13. Por que há tão poucas mulheres em posição de poder na política brasileira?

Professora Ana Lucia. A falta de representatividade da mulher nos espaços de poder é, na verdade, reflexo da natureza patriarcal de nossa sociedade, na qual se compreende que o lugar que cabe à mulher se resume ao espaço doméstico, enquanto a esfera pública é, por definição, destinada ao homem.

A história é sempre narrada pela perspectiva masculina, que prioriza o relato do homem branco, rico e heterossexual. Nossas crianças não conhecem, nem são estimuladas a conhecer, a trajetória de mulheres que contribuíram decisivamente para as mudanças no rumo da história, a exemplo da revolucionária bolchevique Alexandra Kollontai, que desempenhou papel fundamental no processo da Revolução Russa. Nossas meninas não são estimuladas a liderar e isso perdura ao longo de suas vidas. Precisamos conhecer e ensinar a história de mulheres inspiradoras, de modo a encorajar outras meninas e mulheres a disputar e encabeçar os espaços de poder.

Essa carência de referências, somada ao preconceito e ao reforço dos papéis sociais tradicionais e à desigualdade na divisão do trabalho doméstico, que sobrecarrega a mulher com as tarefas da casa e do cuidado com os filhos, termina por refrear o protagonismo de muitas companheiras. E isso é refletido na dificuldade de se projetar na política, mas também de se afirmar em movimentos sociais e sindicais, espaços que muitas vezes reproduzem o machismo.

No que se refere aos parlamentos, a representatividade feminina continua sendo ínfima. Muito embora a população feminina represente a maioria dos brasileiros (51%), as mulheres ocupam apenas 9% do Congresso, 12% do Senado e pouco mais de 13% das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores no país. Os desafios são imensos e modificar essa cultura, que é milenar, é tarefa árdua, que impõe mudanças estruturais em nossa sociedade.

Além de homens, a maioria dos parlamentares e governantes são politicamente conservadores e ricos, pertencentes às classes dominantes. Como mudar essa situação?

A mesma sub-representação nos espaços da política sofrida por nós, mulheres, é vivenciada pelos jovens, por negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras. A tristemente conhecida "bancada BB-EP" ("bala, boi e evangélicos/pentecostais"), que congrega a atuação dos parlamentares conservadores no Congresso Nacional representa mais de 40% dos votos daquela Casa. Apenas a bancada "ruralista" detém mais de 109 deputados alinhados. Enquanto isso, apenas uma minoria dos nossos deputados federais e senadores podem ser considerados representantes dos trabalhadores.

Isso também retrata nossas desigualdades sociais e os preconceitos presentes na base de nossa formação social. Por isso, entendemos que apenas uma profunda reforma do sistema político - por meio da realização de uma constituinte exclusiva e soberana - pode ampliar a representatividade dos grupos que historicamente estiveram à margem do exercício de direitos no campo político e potencializar a democracia direta. Isso exigirá do conjunto da esquerda e das forças progressistas intensa mobilização social e diálogo direto com a classe trabalhadora e com os grupos minoritários com vistas a garantir ampla participação popular neste processo. Outro fator importante que explica a concentração do poder é a mercantilização da política. A política se tornou um grande negócio, com altos investimentos nas campanhas eleitorais, que conduzem à promiscuidade nas relações entre o poder público e privado e alimentam vastas redes de corrupção.

Se queremos democratizar nosso sistema político, não podemos cair na armadilha de reformar a política apenas no âmbito eleitoral. Precisamos de uma reforma mais profunda, que dê respostas à população, que modifique a estrutura de poder e aprofunde os instrumentos de participação popular. Só assim poderemos ampliar verdadeiramente a representatividade dos mais diversos segmentos sociais nos espaços de poder e a política poderá ser um instrumento de combate à opressão e promoção efetiva da justiça social.

Mas, para muito além da institucionalidade, precisamos reforçar cada vez mais o diálogo direto com a população, no sentido de desconstruir o olhar e a cultura fortemente machista, mas também classista, racista e conservadora da sociedade brasileira. E um instrumento privilegiado para isso é a educação.

Educação não apenas no sentido escolar, mas no sentido de ampliar o repertório cultural, intelectual e político da população numa perspectiva freiriana, em que o indivíduo passa a compreender o seu papel de transformação no mundo a partir da leitura da sua própria realidade. Por esta concepção, o acesso aos bens culturais e à ciência é necessário para avançarmos na educação política do povo. Quando a massa da população se fortalecer enquanto classe trabalhadora, explorada e oprimida, o sistema político certamente reproduzirá este protagonismo. Até lá, estaremos lutando para acelerar esse processo e, ao mesmo tempo, trabalhando firmemente pela mudança na estrutura do nosso sistema político

Além da direita tradicional, temos também o crime

organizado cada vez mais atuante na política. Como enfrentar e derrotar mais este adversário?

Essa é uma questão complexa, que deve ser abordada em diversas esferas. É preciso ter em mente que não é possível combater organizações criminais sem tocar as articulações políticas e econômicas sobre as quais elas se sustentam. Para enfrentar e alterar essa realidade, é preciso muita coragem. Já vimos, em determinados momentos, alguns governos pactuarem com o crime organizado como forma de garantir condições para governar. Porém, o que fica exposto, de forma muito evidente, é que o crime organizado se fortalece ainda mais, em detrimento das políticas públicas e dos interesses da população. Além disso, existe um grande número de membros da gestão pública envolvidos, muitas vezes até desempenhando papel de destaque ou controle, em organizações criminosas.

A tática de encarcerar um número imenso de jovens negros pobres, além de não colaborar para o combate ao crime organizado, contribui para suprir de mão de obra esses grupos, já que um dos principais locais de recrutamento é a própria cadeia. Portanto, é fundamental que o aparato estatal não concentre os seus esforços no ataque à ponta do iceberg. É preciso que haja uma melhor estruturação dos setores de inteligência dos governos estaduais e federal para enfrentar de forma articulada essa situação.

O atual governador de Sergipe, apesar de ter sido vice de Marcelo Déda e eleito com o apoio do PT, transformou nosso partido, e particularmente seu mandato, em alvo principal de ataques. Em sua opinião, o que explica esse comportamento?

A razão desse comportamento é o fracasso das medidas que o governador tem implementado em sua administração. Apesar de ter sido filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na sua juventude e de possuir um histórico de proximidade com as forças progressistas, Jackson, na medida em que percebe que está sendo rejeitado e nota como o seu governo é mal avaliado pela sociedade, escolhe o meu mandato para ser perseguido como forma de desvirtuar o debate. Essa é uma tática antiquíssima da política.

Jackson pretende tirar do foco central do debate o desmonte que vem sendo promovido na educação pública de Sergipe. Quer omitir que o seu governo reproduz as políticas conservadoras e já reconhecidamente nefastas do seu companheiro de partido, o golpista Michel Temer. Acima de tudo, Jackson quer ocultar que seu governo não atende aos anseios da população que o elegeu, no marco de uma campanha eleitoral em que levou os eleitores a respaldar um programa e uma administração totalmente diferentes daquela que hoje podemos observar.

Uma das principais bases da esquerda brasileira é o movimento sindical. Mas o sindicalismo vive um período de crise e dificuldades. Como superar isto?

A superação vai se dar com a continuidade do trabalho e com a utilização da experiência e da vivência dos sindicalistas que acreditam na ruptura da ordem social estabelecida. Sindicalistas que acreditam que apenas a organização dos trabalhadores pode contribuir de forma decisiva para esse processo e que resgatem uma atuação junto à base da classe trabalhadora, representada pelos operários, os comerciários, os camponeses, os servidores públicos. E essa base precisa ser ouvida, assim como todo o conjunto da população.

Os sindicalistas precisam se aproximar mais das suas comunidades, participando das suas associações, conversando com pessoas próximas, dialogando para ouvir as suas demandas. Temos que considerar a necessidade de estender nossa presença para além dos espaços habituais da militância estritamente sindical, como única forma de criar uma sintonia com o povo. Desenvolver uma sensibilidade que nos permita estar sempre próximos da realidade política das pessoas, conhecendo o seu nível de consciência, assim como seus anseios, é central para uma elaboração política acertada

Os sindicatos deveriam priorizar ainda uma preparação continuada de quadros com o uso das novas tecnologias. É crucial ampliar a formação do sindicalista para além da pauta econômica e específica de sua categoria. O movimento sindical precisa, a partir da realização permanente de análises de conjuntura, divulgar e criticar as mazelas da nossa sociedade, através das mídias sociais e das ferramentas de publicidade.

Mais que isso, é necessário buscar a elevação do nível cultural, absorvendo o máximo de informações sobre o mundo em que vivemos. É imprescindível que o sindicato promova debates sobre temáticas diversas e discussões políticas por meio de ações culturais que gerem e enriqueçam os debates. Que crie espaços de leitura e troca de conhecimento, como bibliotecas, e incentive a produção cultural e literária da classe trabalhadora. Encorajar a formação de grupos voltados a ler e interpretar a nossa realidade, bem como motivar os ativistas sindicais para que desenvolvam atividades e apresentações culturais são importantes passos nesse sentido.

Você viveu diferentes momentos da política brasileira desde a luta contra a ditadura. Qual a sua mensagem para as novas gerações da esquerda brasileira?

Minha mensagem só pode ser de esperança. Quem viveu a longa noite de mais de vinte anos da ditadura civil-militar sabe que, em alguns momentos, aqueles dias pareciam que não chegariam ao fim. Tomamos as ruas em 1984 exigindo eleições diretas que o Congresso negaria. Enfrentamos Sarney, derrubamos Collor. A história, infelizmente, não é linear e nem escrita apenas com vitórias. Os dias que vivemos guardam relação e inegável semelhança com os piores períodos de exceção e obscurantismo. Assim como derrotamos a ditadura, vamos derrotar o golpe de Temer e das elites e retomar o processo de avanço social que estava em curso. Para todas as gerações, aprender a lutar e ocupar os espaços da vida pública foi a única forma de superar os obstáculos. E agora não será diferente. As novas gerações da esquerda brasileira têm à frente um desafio que, entendo, é proporcional à sua capacidade de luta pela transformação política. A elas pertence o futuro de nossa sociedade. ★

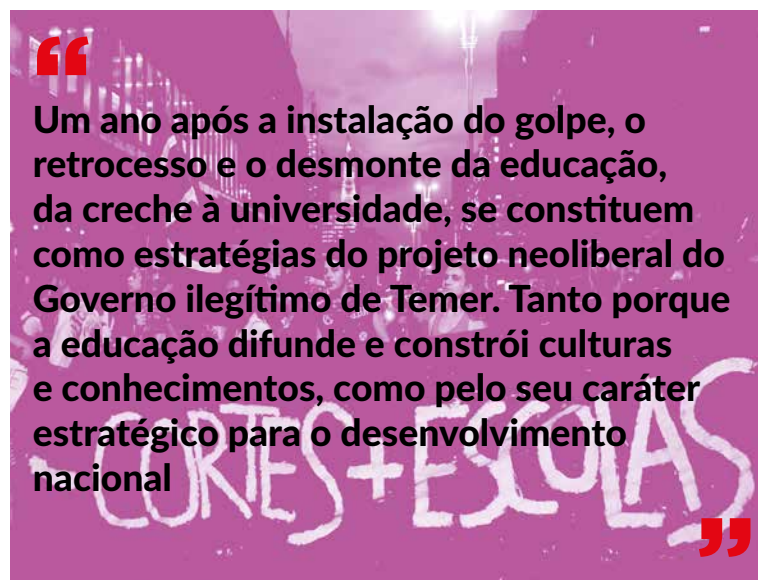
Defesa intransigente da educação pública

■ **Fátima Lima**

O Encontro Nacional do Setorial de Educação do PT ocorreu nos dias 21 e 22 de outubro, em São Paulo, na sede nacional do Partido dos Trabalhadores, numa conjuntura de ataques contínuos e violentos à educação pública. Um ano após a instalação do golpe, o retrocesso e o desmonte da educação, da creche à universidade, se constituem como estratégias do projeto neoliberal do Governo ilegítimo de Temer. Tanto porque a educação difunde e constrói culturas e conhecimentos, como pelo seu caráter estratégico para o desenvolvimento nacional.

A Emenda Constitucional 95, que limita os investimentos nas áreas sociais, inviabiliza o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, provoca a suspensão de políticas educacionais e a interrupção de pesquisas científicas e tecnológicas. A reforma do Ensino Médio, a proposição da Base Nacional Comum Curricular, a influência do movimento "Escola Sem Partido", o desenvolvimento de uma política de formação de professores de caráter compulsório e regulador, a criminalização de profissionais de educação e estudantes que lutam pela autonomia da escola pública e pela gestão democrática, expressam a vinculação deste governo ao capital financeiro e aos setores conservadores da sociedade. Não há margem de dúvidas que a implementação desta agenda educacional, pautada na privatização, na financeirização e no conservadorismo, favorece os interesses do grande capital, aprofunda as desigualdades e a segregação, incita a intolerância e agride a soberania nacional.

Esta análise se constituiu como pano de fundo do Projeto de Resolução "Em defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos: da creche à pós-graduação" que norteou os dois dias de amplos e profundos debates dos cerca de 70 presentes, sobre a conjuntura e a política educacional, a partir dos temas: Tendências das Reformas Educacionais no Brasil e na América Latina; Sistema Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação e Fórum Nacional; Financiamento e Reformas Educacionais e a Situação do Ensino Superior. A mesa foi coordenada por Selma Rocha, militante da CNB, diretora da Escola de Formação do PT e Coordenadora Nacional do Setorial há pelo menos dois mandatos. Cabe ressaltar que ponderações, acréscimos e alterações, apresentadas ao texto norteador, foram acolhidas e não alteraram substancialmente o seu sentido, confirmando o indicativo da mesa de uma dinâmica de unificação/incorporação de emendas, mesmo nos momentos de tensão, como no caso das discussões sobre tributação, por exemplo.

Contudo, se por um lado podemos destacar as convergências em torno dos conteúdos dos debates, por outro, inegavelmente, as proposições relacionadas às estratégias e ações para enfrentarmos os ataques à educação, derivados do golpe, especialmente no âmbito simbólico e ideológico da diversidade, foram tímidas.

> "Um ano após a instalação do golpe, o retrocesso e o desmonte da educação, da creche à universidade, se constituem como estratégias do projeto neoliberal do Governo ilegítimo de Temer. Tanto porque a educação difunde e constrói culturas e conhecimentos, como pelo seu caráter estratégico para o desenvolvimento nacional"

A abertura do Encontro ocorreu sábado e contou com a presença de Lula e Gleisi Hoffman num ato político que reuniu cerca de 1,5 mil delegadas e delegados na Quadra do Sindicato dos Bancários. Com discursos que não chegaram a surpreender, ambos exaltaram a importância daquele momento para a vitalidade partidária e ressaltaram a responsabilidade do PT no processo de restauração da democracia.

Ao final do Encontro os presentes aprovaram uma moção apresentada pela delegação do Rio de Janeiro, de apoio à luta dos profissionais de educação, estudantes e comunidades acadêmicas contra o desmonte e sucateamento da UERJ, UEZO, UENF, FAETEC e CECIERJ, instituições de ensino que resistem aos ataques do governo do estado.

Embora a disputa entre as tendências políticas esteja a algum tempo arrefecida no Setorial de Educação e, neste sentido, sejam recorrentes as falas em busca de consensos e unidade, inegavelmente a apresentação de uma chapa unificada, construída sob o argumento de abrangência territorial, refletiu a manutenção da CNB na liderança do Setorial, através da aclamação da Deputada Estadual Teresa Leitão, de Pernambuco, como Coordenadora Nacional do Setorial e da ocupação majoritária do Coletivo do Nacional por integrantes desta força política.

No que tange a participação da Articulação de Esquerda no Setorial Nacional de Educação, o desafio posto parece apontar para a organização de um coletivo que contribua com proposições de políticas que repercutam o acúmulo de nossos debates na defesa intransigente da educação pública, gratuita laica e de qualidade, socialmente referenciada, em contraposição ao avanço do projeto neoliberal em curso. ★

Fátima Lima é professora e coordenadora do Setorial de Educação do Rio de Janeiro.